



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 23/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DOZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.-

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que: Acaba de ser conhecido o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo ao ano de 2017, que apresenta uma análise da situação económico-financeira dos 308 municípios. De acordo com esse relatório anual, Mortágua ocupa o segundo lugar do distrito, entre 24 municípios, em termos de melhor desempenho de gestão e eficiência financeira, tendo mantido a mesma posição de 2016.-----

-----Quando considerado o ranking dos municípios de Pequena Dimensão (população igual ou inferior a 20 mil habitantes), que abrange um universo de 186 Municípios, Mortágua ocupa o 14º lugar na lista dos 100 melhor classificados globalmente, tendo até subido dois lugares na tabela comparativamente a 2016.-----

-----O Anuário Financeiro dos Municípios portugueses, com carácter anual, é considerado uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

referência na monitorização da eficiência do uso dos recursos públicos na administração local.-

-----A nona edição do Fim de Semana da Lampantana, que teve lugar de 1 a 4 de novembro, constituiu um assinalável êxito. O evento gastronómico, promovido pelo Município, em parceria com o setor da Restauração e Hotelaria do concelho, bateu um novo recorde, três mil e cinquenta e três (3053) doses servidas, sendo a primeira vez no historial do evento que se atinge o patamar dos três milhares. Este número traduz um aumento de oitocentos e quarenta e duas (842) doses relativamente ao ano passado, um crescimento de trinta e oito por cento (38%) nas vendas, e um correspondente aumento na afluência de visitantes ao evento.-----

-----Dos catorze (14) restaurantes aderentes ao evento, onze (11) registaram aumentos consideráveis de vendas, e os restantes mantiveram números muito semelhantes aos do ano anterior. Nalguns dias chegaram a formar-se filas, nomeadamente de pessoas que não fizeram reserva de mesa ou era a primeira vez que participavam no evento, e que provavelmente não tinham noção da dimensão regional e nacional que o evento já atingiu, atraindo visitantes que vêm de bastante longe. Neste fim-de-semana gastronómico é também comum encontrar estrangeiros que vivem em Mortágua ou mortaguenses que estão espalhados pelo país e na diáspora, e que fazem questão de marcar presença no evento.-----

-----Como tem sido habitual desde o início do evento, o Município de Mortágua ofereceu o vinho do Dão, produzido em Mortágua, com o selo da Sociedade Agrícola Boas Quintas, que acompanhou o prato. Foram ainda distribuídos cupões pelos clientes onde puderam emitir a sua opinião relativamente à confeção, sabor e apresentação do prato, ao atendimento do restaurante, e como tiveram conhecimento do evento. Esses cupões serviram de base para o cálculo das doses servidas e ao mesmo tempo habilitaram ao sorteio de um prémio - caixa de vinho da série especial Lampantana.-----

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17/10/2018:

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 17/10/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31/10/2018:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião extraordinária realizada a 31/10/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

3.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu também conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores, geradoras de receitas e custos.-----

-----O Senhor Presidente informou também que por seu despacho de 9/2018, de 22/10/2018, nomeou em regime de substituição *para o cargo de direção intermédia de 3º. Grau da Unidade de Gestão Financeira*, por urgência conveniência de serviço, Sandrine Bento de Matos, licenciada em Contabilidade e Auditoria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria n.º.213, referente ao dia 09/11/2018, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EXPEDIENTE:-----

5.1.-FUNDO DE APOIO MUNICIPAL:-----

-----Foi presente o ofício circular nº. 666/2018, de 22/10/2018, do Fundo de Apoio Municipal, em que informa que a proposta de Lei nº. 156/XIII, referente ao Orçamento de Estado para 201, prevê no seu artigo 141º. a prorrogação do mecanismo de apoio à reconstrução de habitações não permanentes afetadas pelos incêndios florestais ocorridos em 2017, bem como



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

a autorização concedida ao Fundo de Apoio Municipal, para ao abrigo do artigo 154º. da Lei do Orçamento de Estado de 2018, conceder empréstimos aos municípios abrangidos pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº. 101-B/2017, de 12 de julho e de 148/2017, de 2 de outubro, com vista à conclusão dos procedimentos iniciados em 2018.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

6.1.-JUVENTUDE:-----

6.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias - Ratificação dos processo nº. 29, 32,33,34,35, 36/2018:

-----O Senhor Presidente foram presentes, para conhecimento e ratificação, os processos de candidatura nº. 29, 32, 33,34, 35 e 362018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-URBANIZAÇÃO:-----

7.1.1.-Requalificação da Av. Infante D. Henrique em Vale de Açores – Indemnização de terreno/Imóveis a Cabeça de Casal de Alberto Ferreira Duarte:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe da Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos (DCTSU) sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“Informo Vª. Exª.s que para a implantação da obra do “Arranjo Urbanístico da Avenida Infante D. Henrique – 1ª. Fase – Vale de Açores” será necessário ocupar a seguinte área de terreno pertencente a Cabeça de Casal da Herança de Alberto Ferreira Duarte (NIF: 703103806).-----

-----83.0 m2 de terreno + Figueira.-----

-----A preços do mercado o valor do terreno, atendendo à sua localização e ao seu potencial-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

construtivo é de 30 Euros/m². O valor das benfeitorias (videiras e outras árvores), ronda os 30 Euros/unidade-----

----Assim, é necessário proceder ao pagamento da indemnização pela ocupação de terreno e destruição de benfeitorias de $83 \times 30 + 30 = 2.520,00$ €".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o pagamento da indemnização pela ocupação do terreno que irá ser integrado no domínio público do Município pela realização da obra de requalificação da referida via.-----

8.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

8.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL – Autorização Prévia para Lançamento de Fogo de Artifício:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º.5939, em 18/10/2018 de Augusto Duarte, a requerer nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 29.º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas de Santa Luzia, na Paredes, Freguesia de Pala nos dias 13 de dezembro próximo, sendo efetuado o lançamento do fogo no terreno anexo à Capela e à Associação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a autorização prévia solicitada.-----

9.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

9.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL:-----

9.1.1.-Empreitada de Execução da Rotunda do Barril – EN 234 – Alteração do projeto:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico do Núcleo de Contratação Pública, que a seguir se transcreve:-----

-----“ Informação:-----

-----I-----

-----Objeto-----

-----A presente informação tem como objeto uma proposta de alteração ao projeto de execução



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da rotunda do nó do Barril, posterior à adjudicação.-----

-----A empreitada de construção do Nó do Barril foi adjudicada à Firma Socitop, Ld^a., em reunião de Câmara de 20 de junho de 2018.-----

-----Em 27 de julho de 2018, data do início da preparação da consignação da obra, com a presença do representante do dono da obra e do empreiteiro, verificou-se que a implantação da obra era incompatível a nível de cotas perante as soleiras/entradas existentes no local, pelo que seria necessário apresentar uma correção ao projeto para minimizar as incompatibilidades existentes.-----

-----Em reunião de Câmara no dia 26 de setembro de 2018, no local da obra, com a presença do empreiteiro e do representante do dono da obra, por este foi solicitado ao primeiro que apresentasse uma correção ao projeto para minimizar as incompatibilidades existentes e respetivos custos.-----

-----Em 22 de outubro de 2018, o empreiteiro apresentou uma proposta de correção ao projeto e respetivos custos.-----

-----Os custos apresentados correspondem a 37.038,62 € a mais dos adjudicados (154.541,47€).-----

-----Estes 37.038,62 € correspondem a dois tipos de trabalhos. Uns no valor de 21.884,31 € referem-se a trabalhos da mesma natureza e a preços contratuais, os outros no valor de 15.154,31 € referem-se a trabalhos de natureza diferente dos contratuais. Quer uns, quer outros constam do mapa de quantidades e natureza que anexo.-----

-----II-----

-----Enquadramento legal-----

-----1-Nos termos do n.º 1 do artigo 359.º do Código dos Contratos Públicos, na falta de estipulação contratual, que é o caso (o contrato não estipula prazo), a consignação deve estar concluída no prazo não superior a 30 dias após a data da celebração do contrato.-----

-----No caso presente a consignação deveria ficar concluída até 17 de agosto de 2018.-----

-----2.-O n.º 1 do artigo 360.º do mesmo Código estipula que, quando se verifique uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

modificação relevante das condições locais existentes por comparação com os elementos da solução da obra ou com os dados que serviram de base à sua elaboração, a qual determine a necessidade de um projeto de alteração, o prazo referido no número anterior (30 dias para a consignação) é suspenso.-----

-----3.-O n.º 2 deste mesmo artigo 360.º determina que, a contagem do prazo de 30 dias para a consignação, só é retomada depois de terem sido notificadas ao empreiteiro as alterações introduzidas no projeto.-----

-----4.-A presente situação é mencionada na parte I da presente informação enquadra-se perfeitamente na legislação mencionada nos anteriores pontos 1, 2 e 3 .-----

-----5.-Será conveniente referir que a presente alteração não altera o regime concursal escolhido para a empreitada, uma vez que o procedimento foi efetuado através de concurso público, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (até ao limite de 5.225.000,00 €).-----

-----III-----

-----Da proposta em sentido estrito-----

-----Considerando o exposto, compete à Câmara Municipal:-----

-----Aprovar a alteração ao projeto nos termos propostos.-----

-----Aprovar os preços dos trabalhos de natureza diferente dos contratuais.-----

-----Notificação ao empreiteiro das alterações introduzidas no projeto.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade submeter o assunto a uma próxima reunião de Câmara para análise e decisão.-----

10.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

10.1.-REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE – Aprovação da candidatura n.º. CENTRO 07-2316-FEDER-000186:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência UO 3 – RU 1910/2018, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

19/10/2018, do Programa Operacional Centro 2020, através do qual notifica o Município da decisão de aprovação da candidatura com o código universal da operação N.º. CENTRO 07-2316-FEDER-000186, e n.º. de candidatura 30962, da operação “ Requalificação do Parque Urbano das Nogueiras e do Parque Verde da Ponte”, com a seguinte programação temporal e financeira :-----

-----Investimento Total: trezentos e sessenta e nove mil duzentos e setenta e cinco euros e setenta e cinco centimos (369.275,75€).-----

-----Investimento elegível – trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e vinte e um euros e dezasseis centimos (353.821,16 €).-----

-----Investimento não elegível – quinze mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove centimos (15.454,59 €), (trabalhos a mais).-----

-----Comparticipação FEDER – trezentos mil setecentos e quarenta e sete euros e noventa e nove centimos (300.747,99 €, com uma taxa de participação de 85%).-----

-----De acordo com as disposições articuladas dos números 1 e 2 do artigo 21.º. do Decreto – Lei n.º.159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante devolução do Termo de Aceitação (acompanhados dos Anexos Decisão de Aprovação da Candidatura e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira) devidamente assinados e autenticados por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de trinta dias a conta da data da notificação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento, e deliberou por unanimidade mandar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a assinar o sobredito Termo de Aceitação (acompanhados dos Anexos Decisão de Aprovação da Candidatura e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira).-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – zero euros (0,00€).-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – trinta e dois mil e quinhentos euros (32.500,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – trinta e dois mil e quinhentos euros (32.500,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

11.2.-SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR DESIGNADO PARA A CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO:-----

-----O Senhor Presidente informou que era necessário a Câmara proceder à designação de um Vereador para a constituição da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, uma vez que na reunião de Câmara de 15/11/2017 foi designada a Vereadora Drª. Emilia Maria dos Santos Neves Matos, que renunciou ao mandato.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade designar o Vereador Dr. Eusébio Lourenço Ferreira para a constituição da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.-----

11.3.-HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA ÁREA DA EX - CERÂMICA DE MORTÁGUA – Adjudicação definitiva:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi comunicado o seu impedimento relativamente ao processo em apreço, nos termos e para efeitos de cumprimento do nº. 1 do artigo 71º. do CPA, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar apenas com quatro elementos e os trabalhos a serem



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dirigidos pelo senhor vice-presidente, até ser tomada a deliberação sobre o assunto.-----

-----De seguida pelo Senhor Vice-Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública para Venda dos Lotes que constituem o Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua, realizada em 2/11/2018 corrente, em que foram arrematados provisoriamente nos termos do ponto 10.1 do Regulamento da Hasta Pública os lotes:-----

----- Nº. 1, inscrito na matriz da União de Freguesias sob o artigo urbano 1779 e descrito na Conservatória sob o nº. 1790, pelo valor de dez mil duzentos e cinquenta euros (10.250,00 €), a Carlos Alberto Jesus Gomes, com o número de Identificação Fiscal 183063589, cartão de cidadão nº. 07261877, Residente na Alameda Frutuoso Ayres, nº. 93, Granja, Freguesia de São Felix da Marinha, Concelho de Vila Nova de Gaia, com o código postal 4410 – 520 São Félix da Marinha.-----

-----De acordo com o Auto de arrematação, o adjudicatário, em cumprimento do disposto no ponto 11.1 do aludido regulamento, entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia correspondente a 25% do valor da adjudicação a título de sinal e principio de pagamento.-----

-----Nº. 38, inscrito na matriz da União de Freguesias sob o artigo urbano 1813 e descrito na Conservatória sob o nº. 1827, pelo valor de treze mil e quinhentos euros (13.500,00 €), a Luís Pedro de Almeida e Sousa e Norte, com o número de Identificação Fiscal 225592320, cartão de cidadão nº.12451584, Residente na Avenida Infante D. Henrique, nº.104, Vale de Acores, 3450-202 Mortágua.-----

-----De acordo com o Auto de arrematação, o adjudicatário, em cumprimento do disposto no ponto 11.1 do aludido regulamento, entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia correspondente a 25% do valor da adjudicação a título de sinal e principio de pagamento.-----

-----Assim, o Senhor Vice -Presidente propôs que nos termos do ponto 10.3 do Regulamento da Hasta Pública aprove a adjudicação definitiva dos lotes nº. 1 e 38 aos adjudicatários acima referidos pelo valor constante no respetivo auto de adjudicação provisória.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nos termos do ponto 16 do artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, aprovar a adjudicação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

definitiva dos referidos lotes, devendo de acordo com o ponto 10.4 do Regulamento, a escritura de compra e venda realizar-se no prazo de trinta dias a contar da data da notificação da adjudicação.-----

11.4.-ACORDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO REFERENTE AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA, NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 571/13. BEVIS E PAGAMENTO DAS CUSTAS DE PARTE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do assessor jurídico do Município, datado de 06/11/2018, sobre o assunto em epígrafe, e que a seguir se transcreve:-----

-----“**Assunto:** Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo referente ao Recurso de Revista interposto no processo movido pelo Município de Mortágua contra Lena Engenharia e Construções, SA (Processo n.º 571/13.1 BEVIS).-----

-----Informação:-----

-----I-----

-----O Município de Mortágua interpôs Ação Administrativa Comum contra Lena Engenharia e Construções, SA, pedindo a condenação da ré no pagamento da quantia de 64.326,17 euros, a título de revisão de preços da empreitada de “Construção do Centro Educativo de Mortágua e Creche”. O litígio existentes entre as partes, dizia respeito à correção efetuada pela Câmara Municipal na fórmula de revisão de preços. É que, a fórmula apresentada pelo auto e no caderno de encargos continha um erro que impedida que a soma dos índices fosse igual à unidade. Tal erro foi detetado pelos serviços após a celebração do contrato de empreitada, tendo sido objeto de retificação em reunião de Câmara Municipal de Mortágua, através da modificação de um dos índices que compunham a fórmula. Tal modificação do índice da fórmula foi notificada à ré através de ofício enviado em correio simples.-----

-----Citada a ré do conteúdo da petição inicial, veio alegar que nunca tinha recebido qualquer notificação da alteração do índice da fórmula, e que a alteração não poderia ser tomada unilateralmente, pois havia sido já celebrado um contrato (de empreitada) e por isso também o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

empregado teria uma palavra a dizer na retificação da fórmula.-----

-----Foi proferida sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, que deu provimento à ação movida pelo Município de Mortágua e condenou a ré Lena Engenharia e Construções, SA no pagamento ao Município de Mortágua da quantia de 64.326,17 euros, a título de revisão de preços.-----

-----Entendeu o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu que o erro dizia respeito a uma fase pré-concursal à elaboração do caderno de encargos, pelo que a Câmara Municipal limitara-se a corrigir um erro material ocorrido antes de ter sido elaborado o caderno de encargos, mais não sendo que a correção de um erro material e a reposição da vontade do dono da obra quando elaborou o caderno de encargos e pôs a obra a concurso.-----

-----A ré Lena Engenharia e Construções interpôs recurso para o Tribunal Central Administrativo Norte, da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.---

-----Este Tribunal de 2ª. instância proferiu acórdão que revogou a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu e julgou ação improcedente.-----

-----Fundamentou o Tribunal de Recurso a sua decisão no seguinte:-----

-----Independentemente do momento em que ocorreu o erro, a sua correção só veio, unilateralmente, a ser efetuada pela Câmara Municipal depois de celebrado o contrato de empreitada, alterando significativamente os seus pressupostos no que concerne ao cálculo da revisão de preços constante no caderno de encargos em desfavor da Lena Engenharia e Construções, SA.-----

----- A correção unilateral efetuada não era a única suscetível de ser realizada, ao que acresce a circunstância da fórmula após a correção, se ter manifestado francamente desfavorável à Lena Engenharia em Construções, SA.-----

-----O Município efetuou a retificação da fórmula de revisão de preços que constava no caderno de encargos, após a celebração do contrato de empreitada, com consequência manifestas no próprio contrato, em face do que não se mostra legítima a intervenção unilateral do Município como se estivesse em causa uma mera correção de um ato administrativo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Mal seria que a administração, mesmo corrigindo eventuais erros, pudesse alterar unilateralmente contratos de empreitada já celebrados, mormente quando a correção a realizar não tenha apenas potencialmente uma única solução.”-----

----- Entendeu assim o Tribunal de 2ª. instância que a sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu não poderia ser mantida, por padecer de erro de julgamento ao ratificar o entendimento do Município de proceder à retificação da fórmula de revisão de preços a seu favor, já após a celebração do contrato de empreitada.-----

-----Acresce que o Município entendeu que notificou a empresa Lena Engenharia e Construções SA da retificação efetuada, através de ofício em correio simples, contendo a decisão de retificação da fórmula, ao invés da empresa que afirma que não ter recebido a notificação.-----

----- A via postal simples não assegura a necessária prova de efetivação da notificação em causa tanto mais que o artigo 51º. do DL 59/99 refere que as notificações no processo de concurso serão feitas pelo correio sob registo, não tendo assim a retificação efetuada sido levada ao conhecimento do empreiteiro, pelo que terá de se considerar que a empresa não foi notificada da alteração efetuada na fórmula de revisão de preços.-----

----- Por tudo isto o Tribunal Central Administrativo Norte revogou a sentença da 1ª. instância e julgou a ação improcedente.-----

-----Desse acórdão do Tribunal de 2ª. instância foi interposto recurso de Revista para o Supremo Tribunal Administrativo.-----

-----O Supremo Tribunal Administrativo refere que as instâncias, Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu e Tribunal Central Administrativo Norte concordam que existiu erro, mas divergem quanto às suas consequências jurídicas.-----

-----O Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu entendeu que a Câmara Municipal poderia retificar o erro material existente na fórmula de revisão de preços.-----

-----Por esse motivo julgou procedente a ação administrativa intentada pelo Município de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Já o Tribunal Central Administrativo Norte entendeu que o lapso de escrita não era corrigível pelo modo adotado pela Câmara municipal, entendendo que esta não poderia, unilateralmente, corrigi-lo. Entendeu que não estava provada a notificação do erro, necessitando tal notificação, por via da lei aplicável, de correio registado.-----

-----Por esses motivos revogou a sentença da 1ª. instância e julgou a ação improcedente.-----

-----Entendeu o STA que o tribunal de 2ª. instancia decidiu bem e por isso não admitiu a revista, sendo assim julgada improcedente a ação movida pelo Município de Mortágua.-----

-----Não se vislumbrou qualquer outro recurso ordinário desta decisão do Supremo Tribunal Administrativo.-----

-----II-----

-----A Lena Engenharia e Construções, Lda., como parte vencedora tem o direito nos termos do artigo 26º. do Regulamento das Custas Processuais a ser reembolsada dos valores de taxas de justiça pagas e de receber uma compensação pelas despesas, calculadas nos termos daquela norma.-----

-----Assim dispõe o artigo 26º. daquele diploma legal o seguinte:-----

-----“1.- As custas de parte integram-se no âmbito da condenação judicial por custas, salvo quando se trate dos casos previstos no artigo 536º. e no n.º2 do artigo 542º. do Código do Processo Civil. 2 – As custas de parte são pagas diretamente pela parte vencida à parte que delas seja credora, salvo o disposto no artigo 540º. Do Código do Processo Civil, sendo disso notificado o agente de execução, quando aplicável . 3- A parte vencida é condenada nos termos previstos no Código de Processo Civil, ao pagamento dos seguintes valores, a título de custas de parte: a) Os valores de taxa de justiça pagos pela parte vencedora, na proporção do vencimento; b) Os valores pagos pela parte vencedora a título de encargos, incluindo as despesas do agente de execução; c) 50% do- somatório das taxas de justiça pagas pela parte vencida e pela parte vencedora, para compensação da parte vencedora face às despesas com honorários do mandato judicial, sempre que seja apresentada a nota referida na alínea d) do n.º2 do artigo anterior; d) os valores pagos a título de honorários de agente de execução. 4-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

No somatório das taxas de justiça referidas no número anterior contabilizam-se também as taxas dos procedimentos e outros incidentes, com exceção do valor de multas, de penalidades ou de taxa sancionatória e do valor do agravamento pago pela sociedade comercial nos termos do n.º 6 do artigo 530.º do Código do Processo Civil e do n.º 3 do artigo 13.º. . 5- O valor referido na alínea c) do n.º 3 é reduzido ao valor indicado na alínea d) do n.º 2 do artigo anterior quando este último seja inferior àquele, não havendo lugar ao pagamento do mesmo quando não tenha sido constituído mandatário ou agente de execução. 6- Se a parte vencida for o Ministério Público ou gozar do benefício de apoio judiciário na modalidade de dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo, o reembolso das taxas de justiça pelo vencedor é suportado pelo Instituto de Gestão Financeira e da Infra-Estrutura da Justiça, I.P.”-----

-----A empresa Lena Engenharia e Construções, SA veio reclamar o seguinte:-----

-----a) €816,00 correspondente aos valores que pagou o título de taxa de justiça. Esse valor está correto tendo o Município pago com a petição inicial um valor igual.-----

-----b) €816,00 correspondente a metade do somatório das taxas de justiça pagas pela parte vencedora e pela parte vencida.-----

-----Tendo o Município de Mortágua pago também €816,00, está o valor peticionado a esse título correto ($816,00 + 816,00 \times 50\%$), sendo o valor global de €1.632,00, devido, estando a correr o prazo de 10 dias para proceder a esse pagamento. -----

-----Porém o valor pedido não corresponde ao valor efetivamente devido, que será superior.-----

-----De facto, para além de €816,00 pagos por cada parte com a petição inicial e contestação, haverá que somar a taxa de justiça do recurso para o Tribunal Central Administrativo Norte no valor de €408,00, cada parte, e do recurso para o Supremo tribunal Administrativo €408,00, cada parte. Para encontrar o valor correto, haverá que acrescer estes valores às operações aritméticas efetuadas e acima descritas.-----

-----Àquele valor acrescerão as custas do processo que serão objeto de posterior notificação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pelo Tribunal.”-----

-----A Câmara depois de analisado o assunto tomou conhecimento e deliberou por unanimidade proceder ao pagamento das custas de parte.-----

11.5.-HASTA PÚBLICA PARA A CEDÊNCIA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO/BAR DA PRAÇA 5 DE OUTUBRO, EM MORTÁGUA – Adjudicação definitiva:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública para a Cedência do Direito de Ocupação do Espaço/Bar da Praça 5 de Outubro, em Mortágua, realizada no dia 29/10/2018, em que foi arrematada provisoriamente nos termos do ponto 16.8, da cláusula 2ª. do Regulamento da Hasta Pública:-----

-----Pelo valor de duzentos e quarenta euros (240,00 €)/ mês à Safra Genuina, Lda, , com o número de Identificação Fiscal 514513667, com sede na Rua Simões de Castro, nº. 147, 4º. Dtº. 3000 - 388 Coimbra, representada por António Gaspar Bairrada, com Cartão de Cidadão 07157158 2ZY3, válido até 10/02/2021, na qualidade de seu representante legal.-----

-----Conforme o Auto de arrematação, em cumprimento do disposto no nº. 8 do artigo 16º.ª. do aludido regulamento, o adjudicatário entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia de quatrocentos e oitenta euros (480,00 €) correspondente a duas retribuições mensais do valor da adjudicação a título de caução.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que nos termos do artigo 18º. do Regulamento da Hasta Pública aprove a adjudicação definitiva ao adjudicatário acima referido e pelo valor constante no respetivo auto de adjudicação provisória.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e dois votos contra dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe aprovar, nos termos do artigo 18º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, a adjudicação definitiva do direito de ocupação do Espaço/Bar, ao concorrente acima identificado, pelo valor de duzentos e quarenta euros (240,00 €)/mês, devendo a mesma ser formalizada através da celebração de contrato escrito.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Os Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, apresentaram a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *Declaração de Voto*-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista votam contra a cedência de ocupação do espaço/bar da Praça 5 de Outubro, reafirmam a posição frontalmente contra tomada aquando da abertura da Hasta Pública em Reunião de Câmara de 18/07/2018 e acrescentam que: -----

-----O espaço em questão não tem licença de utilização compatível com a atividade de bar, não estão cumpridas exigências estruturais e funcionais para aqueles fins, nomeadamente instalações sanitárias próprias, abastecimento de água e saneamento.-----

-----Estão em causa condicionamentos legais ou regulamentares imperativos relativos à saúde pública, não estando por isso reunidos os requisitos para a dispensa dos preceitos legais para o funcionamento de um estabelecimento de bar.-----

-----O Município é proprietário do espaço, tem competência legal para emissão de autorização para o exercício da atividade e consequente fiscalização e é ele próprio a promover um incumprimento da lei.-----

-----Uma possível ação de fiscalização a realizar por entidade competente, provavelmente originará o encerramento do espaço, com consequentes prejuízos para o futuro concessionário.-----

-----Mortágua, 12 de Novembro de 2018- Os Vereadores do Partido Socialista."-----

-----O Senhor Presidente, fez de seguida declaração: "Lamento que o PS de Mortágua que tem manifestado tantas preocupações relativamente às intervenções realizadas na Praça 5 de outubro, e tanto tem falado sobre o abandono e falta de dinamização da mesma, quando surge uma proposta que vem criar a possibilidade de promover a dinamização e fruição pela população da zona em questão em consequência da utilização do espaço agora cedido, venha votar contra".-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.6.-PEDIDO DA ACIBA PARA O ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PARA OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ADERENTES AO BLACK FRIDAY 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício da ACIBA – Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira, referência 2018/DAF/0035, datado de 18/10/2018, em que informa que no âmbito das iniciativas que tem vindo a realizar nos últimos anos com o intuito de dinamizar o Comércio Tradicional de Proximidade do Concelho de Mortágua, e face ao assinalável sucesso da 1ª. edição pretende realizar no próximo dia 23 de novembro a 2ª. edição da “Black Friday”.-----

-----Nesse sentido solicita o alargamento do horário de funcionamento até às 22,00 horas para todos os estabelecimentos comerciais que queiram aderir àquela iniciativa .-----

-----Pese embora, as posições das entidades externas não se encontrem devidamente formalizadas junto do presente processo, as mesmas, até à presente data, não se opuseram a qualquer pedido de alargamento de horário de funcionamento com o objetivo do requerido.----

-----A Câmara, considerando que a estratégia de atuação da Autarquia, no que concerne ao alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais à luz do regime excecional no Regulamento, tem passado por deferir tais pedidos nas épocas festivas, altura em que há maior afluência de pessoas a Mortágua, deliberou por unanimidade deferir a pretensão formulada consubstanciada no alargamento, excecional, do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que queiram aderir à referida iniciativa.-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS N.º. 01//2017/35, DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO LAR DE IDOSOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o processo n.º. 01/2017/35, em nome da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua referente ao projeto de arquitetura para a Requalificação e Ampliação do Lar de idosos, sito na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, n.º. 4, Mortágua, acompanhado do Despacho do Vereador com competência delegada,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

datado de 22/10/2018, que a seguir se transcreve:-----

-----“Despacho: A Requerente foi notificada em 14/06/2017, pelo ofício DAGF/AG – 1347 da aprovação do projeto de arquitetura, devendo apresentar os projetos de especialidades indicados nos mesmos no prazo legal de seis meses. Aquele prazo terminou em 21/12/2017 sem que nada tenha sido apresentado, tendo passado a vigorar o período de suspensão de licenciamento, pelo prazo máximo de seis meses. O período de suspensão anteriormente referido terminou em 21/06/2018.-----

-----A requerente foi, pelo Despacho emitido a 26/07/2018, notificada da intenção de declaração da caducidade da aprovação do projeto de arquitetura.-----

-----Tendo em consideração a Informação dos Serviços datada de 24/08/2018, fls.125, da qual se extrai que decorreu o prazo de dez dias para a requerente se pronunciar no âmbito da audiência prévia, sobre o projeto de decisão de intenção de declarar a caducidade do processo de obras 01/2017/35, em que aquela tenha tomado qualquer posição a respeito, determino, que o processo seja remetido à Câmara com a informação de que não foi exercido o direito de audiência prévia por parte da interessada, para que, caso aquele órgão assim o entenda, seja declarada a caducidade do processo de obras 01/2017/35, nos termos do disposto no artigo 20.º. Ponto 6 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. “-----

-----Assim, face ao despacho acima transcrito, considerando que o prazo para efeitos de apresentação dos projetos de especialidades expirou sem que o Requerente tivesse entregue, junto da Câmara Municipal os referidos projetos ou solicitado a prorrogação do prazo para o efeito, o Senhor Presidente informou que nessa medida, ao abrigo do disposto no artigo 20.º n.º 6 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro (RJUE), compete à Câmara Municipal de Mortágua manifestar a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, concedendo ao Requerente prazo para se pronunciar em sede de audiência prévia.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 20.º n.º 6 do RJUE, manifestar a intenção de declarar a caducidade do ato



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que aprovou o projeto de arquitetura, de acordo com o mencionado no n.º 5, do artigo 71.º do referido diploma, concedendo ao Requerente prazo para se pronunciar em sede de audiência prévia. -----

-----Nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, os Vereadores Dr. Eusébio Lourenço Ferreira e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

12.2.- PROCESSO N.º 01/2018/161, DA MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A., PARA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SUPORTE DE TELECOMUNICAÇÕES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 01/2018/161, em nome da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 40 1069-300 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa coletiva n.º 504615947, matriculada na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, na qualidade de operador de radiocomunicações, Titular de Rede Pública de Radiocomunicações, Serviço móvel terrestre, n.º 2/2012, emitida em 9-3-2012 pelo ICP – ANACOM, a requerer a concessão de autorização municipal, nos termos e para efeitos do Decreto – Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro, para instalação de infraestrutura de suporte para uma estação de radiocomunicações a localizar em Rua Principal, freguesia de Espinho, Concelho de Mortágua.-----

-----O Chefe de Divisão da DPAT exarou o seguinte parecer técnico, datado de 31/10/2018, sobre o assunto:-----

----- *“Na sequência do anterior parecer técnico (fl.133) de 27/08/2018, o processo encontra-se completado com os elementos instrutórios solicitados no despacho superior de 30/08/2018 (fl.134).-----*

-----*Propõe-se a aprovação da pretensão.”.-----*

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, considerando o Parecer Técnico do Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade aprovar o deferimento do pedido, devendo proceder-se, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

acordo com a informação da gestora do processo datada de 14/08/2018, ao pagamento das taxas previstas no artº.37º. Capítulo VII da Tabela de Taxas e outras Receitas e às de apreciação previstas no nº.2 da Seção XXIII da mesma tabela.-----

12.3.-PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO BEIRA AGUIEIRA DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL (ABAADV) PARA EMISSÃO DE PARECER QUE ATESTE O REGIME DE EXCEÇÃO – LEI DAS ACESSIBILIDADES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação, datada de 07/11/2018, do Senhor Vereador Dr. Eusébio Lourenço Ferreira referente ao assunto supra mencionado do seguinte teor:-----

-----“A Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual (ABAADV), no âmbito de uma candidatura de revisão do Acordo Atípico, recebeu uma informação que o respetivo processo estaria aprovado, mas dependente de procedimentos específicos relacionados com a lei das acessibilidades, DL. 163/2006, de 8 de agosto.-----

-----A ABAADV concorda com todas as alterações sugeridas em termo de acessibilidades exceto no ponto referente a implementação de meios complementares de acesso ao segundo Piso (plataforma elevatória) por entender se poder enquadrar este ponto num regime de exceção previsto no ponto 10 d supracitada legislação.-----

-----Assim na informação do Instituto de Segurança Social, fl. 14 a 18, é referido as Câmaras municipais são detentoras de competências de acessibilidades, designadamente fazer cumprir o diploma que as regulamenta, e deverá a Câmara Municipal de Mortágua ter a última palavra nesse ponto.-----

-----A ABAADV vem por meio de carta com referência GED 087/2018 requiere a emissão de Parecer que atesta o Regime de Exceção previsto no artº. 10º. do DL 163/2006, de 8 de agosto.

-----O Chefe da Divisão de Planeamento e Administração do Território emitiu a 02/11/2018 a Informação de fls 18 e 19, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida e que deverá ser presente à Reunião de Câmara de 12/11/2018 conforme despacho do Sr. Presidente.-----

----- Assim, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pretensão da Requerente”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar atestar que seja considerada a constituição do Regime de Exceção previsto no artigo 10º. do DL 163/2006, de 8 de agosto, no acesso ao segundo piso do edifício da ABAADV, considerando a informação do Chefe da DPAT 02/11/2018, que para todos os efeitos legais se dá aqui por integralmente reproduzida, constando do respetivo processo.-----

----- Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Presidente da Câmara e o Vereador Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

12.4.-PROCESSO Nº. 04//2018/82, PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO COMPROVATIVA DA DEMOLIÇÃO DA HABITAÇÃO EXISTENTE NO PRÉDIO URBANO U-002991, NO FALGAROSO DO MAIO.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo nº. 04/2018/82, requerimento nº. 6070/2018, em nome de Pedro Luis de Meneses Cabral, a requerer a emissão de certidão comprovativa da demolição da habitação existente no prédio urbano sito no Falgaroso do Maio registado na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o número U-002991.-----

-----O Parecer Técnico do Chefe de Divisão do DPAT, de 05/11/2018, confirma a demolição da habitação existente no prédio referido.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a emissão da certidão.-----

12.5.-CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----

12.5.1.-Processo nº.10/2018/27:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2018/27, requerimento número 6053/2018 em nome de António Duarte Coelho, na qualidade de Cabeça de Casal da herança



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Maria Rosa Duarte , a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes, relativamente ao seu prédio sito em Amoreira (Coval) , inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo nº. 3707 com a área 0,040000 ha para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Raquel Duarte Coelho e Gabriela Mendes Duarte.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos .-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breda

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----



Câmara Municipal de Mortágua

Despacho :

De: Divisão de Planeamento e Administração do Território - DPAT

Para: Sr. Presidente da Câmara

Assunto: ABAADV – Solicitação de parecer técnico - Acessibilidades (DL 163/2006)

Local: Escola de Cães-Guia – Rua de Albufeira n.º 15 - Chão de Vento-Sobral

Data: 02-11-2018

INFORMAÇÃO

Na sequência da solicitação de parecer da ABAADV acerca da obrigatoriedade ou não de implementação de meios complementares de acesso ao 1º andar do edifício do bloco administrativo e residencial, por parte de pessoas com mobilidade condicionada, definidas pelo DL n.º 163/2006 de 8 de agosto, cumpre-me informar do seguinte:

1. O edifício possui alvará de utilização n.º 42/2000 emitido pelo Município;
2. Reparte-se pelo:
 - a. piso 1 - com uma utilização administrativa de gestão e direção
 - b. piso 2 - com uma utilização pedagógica e alojamento (2 quartos) para os utentes, em estágio de formação entre cego/cão guia;
3. O DL n.º 163/2006 de 8 de agosto veio definir as condições de acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada a espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais e ainda as normas técnicas aplicáveis a essas instalações e respetivos espaços circundantes (passeios, estacionamento, equipamentos sociais, centros de saúde, estabelecimentos de educação, residências e cantinas, estações de transportes, postos de abastecimento de combustíveis, passagens pedonais desniveladas, estações de correios, de telecomunicações, bancos, instalações sanitárias de acesso público, igrejas, museus e edifícios de atividade recreativa e cultural, estabelecimentos prisionais, instalações desportivas, de recreio e lazer, estabelecimentos comerciais e hoteleiros, cafés e bares, escritórios e edifícios);
4. A adaptação de edifícios e estabelecimentos que recebam público, às condições técnicas de acessibilidades, previu um prazo limite de 10 anos para construções anteriores a 22 de agosto de 1997 e de 5 anos para construções posteriores a essa mesma data, a partir da publicação do DL n.º 163/2006



Câmara Municipal de Mortágua

5. Nas exceções ao cumprimento nas normas técnicas de acessibilidade, previstas no artigo 10º do DL n.º 163/2006, é referido ser *“não exigível quando as obras necessárias à sua execução sejam desproporcionadamente difíceis, requeiram a aplicação de meios económico-financeiros desproporcionados ou não disponíveis, ou ainda quando afetem sensivelmente o património cultural ou histórico, cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem preservar;*
6. Contudo, é omissa relativamente às necessidades de formação específica de pessoas portadoras de deficiência visual, em ações e em estágios que os capacitem para uma acessibilidade, em “contexto real”, o mais normalizada possível, em edifícios comuns e espaços circundantes;
7. Acresce o fato do Regulamento Interno da ABAADV indicar no seu artigo 19º que, são condições de admissão dos candidatos ao programa de integração do deficiente visual, *“não possuir uma deficiência adicional ou doença crónica que impeça o estabelecimento de uma relação normal com o cão e com o ambiente; possuir capacidades de orientação e técnicas de mobilidade que permitam deslocar-se em ambiente urbano da sua residência e área onde exerça a sua atividade”*.
8. A aplicação de uma plataforma elevatória exterior terá um custo estimado em cerca de 12.000 a 15.000 o que pressupõe a aplicação de meios financeiros indisponíveis por parte desta IPSS;

Em conclusão e face ao atrás exposto, sou de parecer que:

- **No piso 1 (rés do chão)** - sejam garantidas as melhores condições de acessibilidade, a pessoas com mobilidade condicionada, previstas no DL n.º 136/2006, às áreas administrativas, de gestão e de direção, bem como nas áreas circundantes;
- **No piso 2 (andar)** – tratando-se de uma área de utilização pedagógica dos utentes (cegos), em estágios de formação destinados à sua capacitação em contexto real de adaptação a edifícios comuns, seja considerada a constituição de uma exceção, contemplada nos nº 1 e 2 do artigo 10º do DL n.º 136/2006.

Coloco o assunto à consideração superior.

O Chefe da Divisão de Planeamento e Administração do Território

(Arnaldo Borges Ferreira)